



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

1081

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A CONEXÃO COM A DISCIPLINA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA (OSPB).¹**

*Amanda Dativa De Melo Silva²
Rosangela Laurentino Brito³
José Tancredo Lobo⁴*

Resumo: A história como disciplina deve contribuir na formação do pensamento crítico dos alunos. Ao problematizar aspectos no tempo faz com que estes compreendam que estão inseridos na história. Exemplo disso é o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu. Marcada por repressão sobre diversos segmentos sociais e forte cunho ideológico e disciplinador no campo educacional. Os conteúdos e materiais didáticos foram modificados impedindo o professor de tratar certos assuntos da História do país. Neste artigo, versamos compreender por que a disciplina de História foi restringida do currículo escolar, entrando em vigor a disciplina Organização Social de Política Brasileira (OSPB). Na pesquisa utilizaremos como arcabouço teórico: Meneses (1976); Garcia (1978); Viola (1988).

Palavras-chave: Ensino de História. Regime Militar. OSPB.

A História como disciplina contribui na formação e construção de pensamento crítico dos alunos levando os mesmos a compreenderem o sentido da liberdade, senso crítico, identidade, conceito e exercício da cidadania no decorrer do tempo. Ao se reconhecer como um sujeito histórico, o discente consegue problematizar os aspectos no

¹ Pesquisa realizada na disciplina de Psicologia da Aprendizagem, ministrada pelo professor José Tancredo Lobo, na Universidade Regional do Cariri- URCA, Crato-Ceará.

² Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri- URCA. Bolsista do PIBID História “Cidadania, Memória e Identidades: saberes e práticas para o ensino de história”.

e-mail: amanndativa@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri- URCA

e-mail: rosybrito92@gmail.com

⁴ Graduação em letras pela Universidade Regional Do Cariri-URCA (1989), bacharel em Direito pela URCA (1994), especialização em Administração Escolar pela UECE (1995) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2003), Doutorado em educação pela UFC (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Regional do Cariri. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em administração escolar, psicologia da educação e currículo.

e-mail: tancredo_lobo@yahoo.com.br

tempo e compreende que ele também faz parte da história, e que não é algo distante da sua realidade.

A partir dessas lembranças pessoais ou narradas por outras pessoas, é possível se reconhecer como um agente participativo na história, corroborando com outros indivíduos lembranças e possibilitando ainda com que os mesmos pensem em outras temporalidades.

Quando o professor consegue articular o tempo, tanto passado como o presente, é possível que os alunos compreendam que o passado um dia existiu, considerando que na contemporaneidade, com o intenso fluxo de informações podemos pensar que de certa forma o presente “cega”, sendo necessário abstrair-se dos fatos e pensar como esses acontecimentos foram relevantes e como foram (re) significados no tempo presente.

(...) a história é um combate contra dois dos seus piores inimigos: o esquecimento e seu grande aliado, o tempo, cuja passagem incessante vai apagando o peixe e seu palpitar, vale dizer que o passado e sua lembrança. É antiga a ideia de se preservar no tempo e que a memória é um recurso felino com que contamos para tal empresa. Mas a tarefa é por si mesma paradoxal porque o tempo é a substância dos fatos e, reflexivamente, da lembrança. (MITRE, 2003, p. 19/20)

Como podemos perceber a partir do pressuposto teórico acima mencionado, é necessário abstrair se dos fatos para selecionar o que é realmente importante ser lembrado, considerando que os discursos históricos são construídos por influência do momento histórico em que ocorreram, vale destacar que ao longo da história certos acontecimentos foram observados como algo distante da sua realidade de muitos indivíduos e essa característica reflete também no ensino.

O profissional da educação em destaque, o professor de história, deve fomentar que seus alunos desenvolvam uma consciência histórica tendo como base uma construção de habilidades dentre elas a busca por reconhecer-se cidadão e como este faz parte da história.

Ao problematizar a vida, o mundo com caráter crítico, é possível proporcionar nos jovens um efeito importante na função prática da vida e que estes tenham consciência de que as narrativas e ações do passado interferem de certa forma no presente e que eles também fazem e participam na construção deste Brasil.

Partindo desse pressuposto, um marco relevante na História foi o Golpe de 1964, que foi um período marcado por repressões em diversas dimensões sociais, culturais, econômicas e educacionais e podemos destacar ainda que no período ditatorial os conteúdos e materiais didáticos foram modificados, e impossibilitaram o professor de tratar com amplitude certos assuntos da História do país.

Fazer uma análise de acontecimentos importantes da história é fundamental que se compreendam as permanências e rupturas de leis e costumes adquiridos no decorrer do tempo. No período de 31 de janeiro de 1962 foi instaurado o Conselho Federal de Educação - CFE, pelo então presidente da república João Goulart, juntamente com o primeiro ministro Tancredo Neves e Antônio de Oliveira Brito que na época exercia o cargo de Ministro da Educação.

Podemos considerar que algumas ações adotadas pelos representantes em questão foram o ensino normativo e médio em um sistema federativo governamental, que estava constituído por matérias impreteríveis as áreas humanas e exatas e também entram os conteúdos adicionais e prescritos, podemos ressaltar também que a Organização Social e Política brasileira (OSPB), abrange na época disciplinas optativas no qual podemos considerar as línguas estrangeiras e modernas.

A disciplina Organização Social e Política Brasileira OSPB foi implantada na visão de compor um suporte estrutural de curta duração tendo em vista como estavam configuradas as exigências da LDB – Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, considerando que mediante as restrições que constituíam a sociedade a finalidade da OSBP seria de fato fomentar a ideia de patriotismo e o caráter cívico dos brasileiros no período ditatorial.

O golpe de 1964 fortaleceu de certa forma essa ideia da OSPB, considerando que os discursos históricos e o próprio ensino de história estavam fundamentados em uma linearidade, com uma continuidade de fatos como também uma perspectiva eurocêntrica. A partir da OSPB instaurou-se também a EMC - Educação Moral e Cívica, consolidando ainda mais o nacionalismo e estabelecendo uma ideia de que a história possuía um começo, meio e fim, sem espaços para interferências e com um caráter positivista.

A cultura instaurada no Brasil nesse momento histórico foi de ênfase na perspectiva de ordem e progresso, e também a exclusão da disciplina de história. O objetivo dessa restrição é formar cidadãos com ideais conservadores.

Ao lançar um olhar na realidade escolar, fazendo um paralelo no período ditatorial e nos dias atuais ainda é possível perceber que alguns discentes observam a história como algo muito distante da sua realidade e acreditam que a mesma se resume ao que foi contado no livro didático, é relevante mencionarmos que o discurso histórico é algo construído que parte de interesses.

Podemos compreender que o ensino voltado aos estudos históricos fornecem subsídios para a formação do aluno de forma que o mesmo problematize elementos do seu cotidiano e no decorrer do tempo, considerando o que modificou e continuou, fundamentando assim a construção de uma consciência histórica e considerando também como as narrativas históricas desempenham uma função relevante no seu processo de construção da sua identidade e concomitantemente no seu reconhecimento como integrante da história. Nesse sentido:

(...) o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente. (...). (FONSECA, 2003, p.71)

Vale salientar que, a compreensão do discente como um sujeito no tempo a partir de uma análise histórica proporciona pensar também nos aspectos que concernem a uma perspectiva tanto teórica, política e social em diversos momentos da história.

Outro aspecto relevante a ser mencionado e questionado, é que de fato, como a disciplina de história corrobora para que os alunos compreendam o sentido de liberdade, senso crítico, identidade, conceito e exercício da cidadania no decorrer do tempo, possibilitando ainda uma dimensão reflexiva do viver e para que ocorra a formação de identidades faz se necessário compreender que,

O sentimento de pertencer a um lugar, a um grupo no qual desempenhamos um papel social, ao qual estamos emocional e afetivamente ligados e com o qual nos identificamos, é muito importante para o ser humano e para sua formação como sujeito histórico. Vivemos em um momento de conformação e consolidação dos blocos regionais na América Latina, e nesse contexto, a escola, e em especial o ensino de história, desempenham um papel fundamental como espaço privilegiado na difusão e consolidação de ideias, imagens, e saberes associados á educação política, os quais podem contribuir para a formação de identidades, (...). (CONCEIÇÃO, 2011, p.173/174).

1084

Contudo, o processo de reconhecimento do aluno como um elemento integrante da história é algo contínuo e é necessário que o professor articule no discente a ideia de problematizar aspectos em distintas temporalidades e que o mesmo compreenda que ele também faz parte da história e que esta não é algo distante da sua realidade.

A partir de lembranças pessoais ou narradas por outras pessoas é possível que o discente se reconheça como um ator social nas narrativas históricas, partilhando com outros indivíduos memórias e possibilitando-os a pensarem outros períodos. Quando o docente consegue articular o tempo, tanto o passado como o presente, é possível que os alunos compreendam que o passado um dia existiu.

Vale intensificar que, na contemporaneidade, com o intenso fluxo de informações, podemos pensar que de certa forma o presente “cega”, sendo necessário selecionar os fatos e pensar como esses acontecimentos foram relevantes no tempo presente estabelecendo assim mecanismos e práticas a serem refletidas, como podemos perceber que:

(...) a memória, permite-nos percorrer toda nossa existência em sua ininterrupta singularidade. Assim, através da lembrança, atamo-nos a um passado que se dobra e se desdobra, (...), a memória é princípio de unidade e continuidade, ponte que assegura o vínculo entre sujeito e suas experiências. Sujeito e experiências: dois conceitos que unidos por uma conjunção copulativa, vêm gerando, há séculos, uma sucessão de dúvidas sobre os seus limites. (MITRE, 2003, p.13)

Tendo em vista a constante efervescência da sociedade contemporânea em distintos aspectos, pensar no papel do professor na sociedade requer uma reflexão.

O profissional da educação em especial do ensino de história é responsável por possibilitar em seus alunos uma atitude de questionamento frequente não apenas aos fatos históricos e sim buscar meios para a compreensão de acontecimentos nos dias atuais considerando que no regime ditatorial isso não era possível, tendo em vista a repressão que ocorria no corpo social vigente da Ditadura Militar.

Frente a essa realidade, a abordagem historiográfica que remete ao golpe militar ainda aborda uma ideia conservadora de normas e condutas estabelecidas na sociedade da época. Vale intensificar e argumentar a respeito da execução da disciplina (Organização Social de Política Brasileira e Educação Moral e Cívica), OSPB e EMC concomitantemente no Regime Militar.

Procuramos nesse artigo versar por que a disciplina de história foi restringida e limitada do currículo escolar, entrando em vigor no período a EMC (Educação Moral e Cívica) e culminou a OSPB (Organização Social de Política Brasileira).

REFLEXÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO CURRÍCULO ESCOLAR NA DITADURA MILITAR.

1085

A ditadura Militar foi um período muito conturbado na História, pensar na educação nessa fase requer uma atenção à ideologia conservadora exposta na época e como o ensino em especial na disciplina de história era tratada nesse período. Nessa fase ocorre um processo de adaptação no qual são suprimidos e limitados vários aspectos pertinentes à história do Brasil.

O viés conservador era transmitido consideravelmente na sociedade. As intervenções dos militares, a própria cultura instaurada pelos mesmos no Brasil nesse momento histórico refletiam uma ideia de ordem e progresso da nação. A partir disso, entra em vigor a EMC (Educação Moral e Cívica).

Podemos definir EMC como:

(...) a missão da Educação Moral e Cívica nos termos do art 2º do decreto lei 869, de 12 de setembro de 1969, que institui como caráter obrigatório, como disciplina (conhecimento sistemático e progressivo) e prática educativa (atividades, vivência, formação de hábitos) no sistema de ensino do país. (MENEZES, 1976, p.11)

Partindo do pressuposto teórico acima mencionado compreendemos que o objetivo da EMC é, sobretudo, intensificar a ideias de uma nacionalidade, progresso da nação adequando o ambiente escolar a uma prática formadora do caráter do indivíduo enquanto cidadão. “(...) a Educação Moral e Cívica, ela não é apenas mais uma disciplina curricular do ensino, senão, além disso, instrumento de formação e aperfeiçoamento da consciência nacional, dirigida ao bem comum. (...). (MENEZES, 1976, p14/15)”.

Além de ser um conteúdo obrigatório no currículo escolar, a EMC iria além da sala de aula, esta era responsável por inserir um padrão formador de cidadãos considerados “de bons atos” frente o controle social existente no período ditatorial.

Frente a esses propósitos estabelecidos pela EMC, também tratada como Estudos dos Problemas Brasileiros, surge a ideia de inserção dos seus princípios ao currículo escolar, a qual culminou na criação da OSPB (Organização Social de Políticas Brasileiras), com o objetivo de adaptar as escolas com a nova condição militar imposta pelo regime.

Contudo, foi definido que as disciplinas, principalmente História e Geografia no ensino fundamental, denominada na época de 1º Grau, seriam chamados de Estudos Sociais, e a OSPB seria implementado do 2º Grau, hoje chamado de ensino médio.

A Organização Social de Políticas Brasileiras – OSPB surgiu em 1969, com a funcionalidade de propor aos alunos uma ideia de organização social do Brasil adequada aos acontecimentos regidos pelas intenções militares, justificando em teses morais e cívicas, no qual se estudava a organização do Estado, e quais as obrigações que a sociedade deveria seguir, contudo,

(...) a OSPB não correspondeu aos objetivos para que aparentemente fora criada. Limitou-se ao aspecto informativo de nossa estrutura social e política, como uma lição de ciências sociais aplicadas, o que repercutiu nos programas, nos compêndios e na própria conduta pedagógica. A criação, em 1969, da nova disciplina EMC, teve em vista preencher a lacuna e ampliar o campo de ação visado. Conservou-se, porém, a OSPB, vinculada, conforme o preceito legal, à EMC e à doutrina posada. (MENEZES, 1976, p.20/21).

O ensino de História foi bastante lesado no período ditatorial com a intromissão da OSPB, a mudança da grade escolar acarretou modificações e adaptações que excluía e fantasiavam importantes acontecimentos do nosso país, limitando os alunos a aprenderem apenas o que de vantajoso e conveniente era imposto pelo o novo sistema.

A disciplina fora reajustada em seus aspectos metodológicos, em seu objetivo e principalmente conteúdo. Através do culto de alguns rituais tanto no ambiente escolar como o que era exposto na mídia da época tais como jornais, programa de televisão, revistas, entre outros, compreendemos que o sistema militar se fortificava cada vez mais.

(...) Esses meios, pela extraordinária eficácia, podem converter-se em fator altamente positivo, quando aplicados à tarefa educativa. Seu emprego e programação nesse setor oferecem grandes dificuldades, tendo em conta a receptividade do público e os objetivos de lucro de que não podem prescindir as empresas respectivas. Por isso, há quem pretenda socializados ou estatizados, contra o que, decididamente, nos manifestamos. (MENEZES, 1976, p. 25).

Vale intensificar que, a importância e o dever de adorar sem questionamentos a pátria, os quais se davam como, por exemplo, pelo hasteamento da bandeira em datas especiais, simbolizando respeito e amor a seu país, e a valorização dessas datas como sete de setembro (dia da independência), dia da república, dia da bandeira, considerando que,

(...) O monopólio da cultura e do pensamento, público ou privado, através desses meios, conduz a padronização incompatível com a índole pluralista e universalista do espírito humano. No tocante ao desenvolvimento da educação assistemática, o de que necessitam aqueles veículos é, essencialmente, de incentivo e orientação, o que

corresponde á suplementação de recursos e melhoria de nível, fundamental á motivação educativa. (MENEZES, 1976, p. 25).

A repressão do regime militar exposta nos meios de comunicação seja este no ambiente escolar, nos veículos de comunicação, nas próprias atitudes do individuo ainda reflete nos dias atuais, podemos pensar que de certa forma o profissional do ensino deve fomentar em seus alunos uma percepção da amplitude no que foi o regime militar e como este acontecimento repercute nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OSPB e EMC foram extintas do currículo escolar em 1993, pela lei n° 8. 663 de 14 de junho, onde se eliminou os programas de ensino criados na ditadura. No período de 1969 a 1993, ocorre uma deficiência se que concerne ao conteúdo de caráter formador e educacional da história do Brasil, a ditadura militar não só trouxe opressões físicas e psicológicas, trouxe também um cabresto para a educação e o pensamento moral, o qual não muito se comenta, um atraso de vinte e três anos na consciência e realidade da população brasileira.

Muitos fatores corroboraram para que ocorresse o período ditatorial, assimilar esse acontecimento ainda é algo contínuo, para que assim enxerguemos as justificativas dos fins, e de forma que estaremos esclarecidos e conscientes possamos evoluir e mudar de vez nosso quadro social, econômico e moral que ocorre quando se tem uma boa base educacional.

Considerando que, uma formação de pensamento livre e dinâmica favorece em uma evolução cada vez maior de um povo igualitário e entendedor dos reais problemas e dificuldades que possui sua nação, sendo assim pode agir de forma eficaz, legal e verdadeiramente moral, contribuindo para um país mais justo e digno de se viver.

Para que essa realidade ocorra, faz se necessário que a o fomento a educação seja constante, pois essa é uma ferramenta fundamental na formação de cidadãos críticos, atuantes e que se reconheçam como um sujeito atuante na história.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da. DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Ensino de História e consciência histórica latino-americana**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP. Papyrus, 2003.

MENEZES, Geraldo Bezerra de. **Educação Moral e Cívica. Estudo de problemas brasileiros**. Niterói: Gráfica e editora La Cava Santos, 1976.

MITRE, Antonio. **O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.